PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-10-22	
O Secretário da Mesa	
Helga Correia (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Helga Correia (Assinatura Qualificada) Date: 2020.10.22 03:20:52 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 356 / XIV (2 .ª)

Assunto: Descontaminação da zona do Vale da Rosa, Setúbal

Destinatário: Ministro do Ambiente e Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em junho de 2020, na sequência de notícias sobre a existência de mais de 30 mil toneladas de resíduos, na zona do Vale da Rosa, em Setúbal, perto da pista de atletismo, o Ministério do Ambiente e Ação Climática assumiu que não conhecia a existência de tal depósito, nem a caraterização dos resíduos aí depositados.

Foi, igualmente, noticiado que o Município de Setúbal identificou o proprietário do terreno como sendo o Millennium BCP e que rejeitava a hipótese desses resíduos estarem ainda ligados às escórias de alumínio da Metalimex, ao contrário do afirmado pela associação ambientalista Zero.

As autoridades ambientais procederam, em 17 de junho, a recolhas de amostras no local, com vista a determinar a origem, natureza e possível perigosidade dos resíduos depositados, de modo a classificá-los.

Face às mais recentes notícias, de acordo com a CCDR-LVT os resíduos tiveram origem na empresa "Eurominas Electro-Metalurgia, SA", tendo como destino a sua utilização na construção civil, informando ainda que *«foi feito um estudo de avaliação da contaminação dos solos e água subterrâneas, que identificou "ligeiras excedências aos valores de referência do arsénio em três amostras", a que se junta outra amostra das águas com "um valor de arsénio tangencialmente acima dos respetivos valores limite"»*, ou seja, os resultados das análises indicam a presença de arsénio, um químico altamente tóxico e potencialmente cancerígeno.

A confirmação da presença de níveis de arsénio no solo e na água acima dos valores limite é alarmante e assume particular gravidade face à proximidade deste depósito com o rio Sado e com propriedades agrícolas, constituindo um problema ambiental e de saúde pública que não pode ser ignorado e exige medidas imediatas.

Acrescenta-se a estes dados uma nova estimativa que aponta que a massa de resíduos existentes não seja de 30 mil toneladas, como inicialmente calculado, mas de 80 mil toneladas,

num depósito com 50 mil m^3.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1 – O Governo confirma se estes resíduos chegaram a ser utilizados na construção civil?
2 - Qual a quantidade de efetiva de resíduos depositados no Vale da Rosa?
3 - Face ao perigo ambiental que representa a existência deste depósito de resíduos, agravada pela confirmação da presença de arsénio, que medidas estão a ser implementadas no imediato para conter este foco de poluição e proteger os solos e águas de continuarem a ser contaminados?
4 - Para quando está previsto o envio para destino final adequado destes resíduos e a resolução do passivo ambiental criado naquele território?

Palácio de São Bento, 21 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.